

# MONOGRAFIA 2017

## ALUNOS NOTA 10

<b>NOTA</b>	<b>NOME</b>	<b>MONOGRAFIA</b>	<b>ORIENTADORES</b>
<b>10,0</b>	<b>Douglas de Paula dos Santos</b>	<b>DELITOS PRATICADOS NO ÂMBITO PREVIDENCIÁRIO</b>	<b>Brígida G. Paiva e Silva Lycarião</b>
<b>10,0</b>	<b>Camila Andrade Sandy</b>	<b>A SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL E AS CONSEQUENTES MEDIDAS PROVISÓRIAS NECESSÁRIAS PARA A PRESERVAÇÃO DA INTEGRIDADE PSICOLÓGICA DA CRIANÇA</b>	<b>Brígida G. Paiva e Silva Lycarião</b>
<b>10,0</b>	<b>Roberto da Silva Constantino Junior</b>	<b>MEDIAÇÃO: um novo paradigma no âmbito da solução dos conflitos, da atuação do advogado e do acesso à justiça</b>	<b>Brígida G. Paiva e Silva Lycarião</b>
<b>10,0</b>	<b>Daniela das Graças Silva Bedeschi</b>	<b>PROCEDIMENTOS JURIDICOS E PROCESSUAIS DA ADOÇÃO À LUZ DA LEI Nº 12.010/2009</b>	<b>Carlos de Souza Carvalho</b>
<b>10,0</b>	<b>Mauricio Ricardo Soares</b>	<b>TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA_ impactos da nova Lei 13.429/17</b>	<b>Cleide Garotti da Silva Biaggini</b>
<b>10,0</b>	<b>Stepherson Rabelo Félix</b>	<b>O PODER JUDICIÁRIO X USURPAÇÃO DO</b>	<b>Eliete Maria Abraão</b>

		<b>PODER</b>	<b>Benfica</b>
<b>10,0</b>	<b>Cássio Miguel</b>	<b>A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ADVOGADO</b>	<b>Fernando de Paula Batista</b>
<b>10,0</b>	<b>Rosemeire Cristiano Januário</b>	<b>RESPONSABILIDADE CIVIL DO ABANDONO AFETIVO PARENTAL PERANTE O ORDENAMENTO JURIDICO BRASILEIRO</b>	<b>Fernando de Paula Batista</b>
<b>10,0</b>	<b>Cíntia Carvalho de Melo</b>	<b>EFICÁCIA HORIZONTAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: um estudo acerca dos conflitos em relações privadas, em especial no que tange à liberdade de expressão em contraponto à dignidade da pessoa humana</b>	<b>Gustavo Adolfo Valente Brandão</b>
<b>10,0</b>	<b>Giselle Ribeiro Pereira</b>	<b>LEI MARIA DA PENHA Nº 11.340/2006 – ASPECTOS JURIDICOS E AS NOVAS MEDIDAS PARA EVITAR A REVITIMIZAÇÃO DA DEPOENTE</b>	<b>Gustavo Oliveira Chaufun</b>
<b>10,0</b>	<b>Eveline Lopes Gaspa</b>	<b>A GUARDA COMPARTILHADA EXERCIDA À DISTÂNCIA</b>	<b>Gustavo Oliveira Chaufun</b>
<b>10,0</b>	<b>Joyce Rosa Bertoldo</b>	<b>A INEFICÁCIA DA INICIATIVA POPULAR NO SISTEMA DEMOCRÁTICO BRASILEIRO</b>	<b>Gustavo Oliveira Chaufun</b>
<b>10,0</b>	<b>Daniela Cristina Silva</b>	<b>CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE: A RESPONSABILIDADE PENAL NOS IMPACTOS AMBIENTAIS</b>	<b>Inês de Fátima da Costa Bemfica</b>

<b>10,0</b>	<b>Joice Elen Lemes</b>	<b>CRIME ORGANIZADO NA LEI BRASILEIRA</b>	<b>Inês de Fátima da Costa Bemfica</b>
<b>10,0</b>	<b>Geraldo Henrique Soares</b>	<b>A CONSTITUCIONALIDADE DO ESTATUTO DO IDOSO</b>	<b>Inês de Fátima da Costa Bemfica</b>
<b>10,0</b>	<b>Wallace Donizete Magalhães Gomes</b>	<b>Crimes falimentares</b>	<b>Marcelo Figueiredo</b>
<b>10,0</b>	<b>Thiago Pacheco Costa da Silva Inácio</b>	<b>Responsabilidade dos sócios na falência</b>	<b>Marcelo Figueiredo</b>
<b>10,0</b>	<b>Gabriel Vilas Boas</b>	<b>O PROCESSO DE REINSERÇÃO DO APELADO NA SOCIEDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS</b>	<b>Marco Aurélio Chauke Piovezan</b>
<b>10,0</b>	<b>Julia Helena Bueno</b>	<b>LEGALIZAÇÃO DA CANNABIS</b>	<b>Marco Aurélio Chauke Piovezan</b>
<b>10,0</b>	<b>Lilian Oliveira</b>	<b>INFILTRAÇÃO POLICIAL COMO MEIO DE INVESTIGAÇÃO E OBTENÇÃO DE PROVAS NA NOVA LEI DE CRIME ORGANIZADO E SUA CONSTITUCIONALIDADE</b>	<b>Marco Aurélio Chauke Piovezan</b>
<b>10,0</b>	<b>Adriano Fernandes Prado</b>	<b>A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR</b>	<b>Márcia Rabêlo de Rezende</b>
<b>10,0</b>	<b>Natália dos Reis Jardim</b>	<b>O JUS POSTULANDI NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS NA ATUALIDADE: uma</b>	<b>Marco Antonio Sales</b>

		<b>violação do real direito de acesso à justiça ante a ausência do patrocínio advocatício</b>	
<b>10,0</b>	<b>Leonardo Vitaliano Zad</b>	<b>TÓXICOS - LEI Nº 11.343/06</b>	<b>Marco Aurélio da Costa Bemfica</b>
<b>10,0</b>	<b>Tânia Mara Ferreira Miranda</b>	<b>FUNDAMENTOS JURISPRUDENCIAIS SOBRE A INTERRUÇÃO DE GRAVIDEZ DE FETO ANENCÉFALO FRENTE AO DIREITO À VIDA</b>	<b>Marco Aurélio da Costa Bemfica</b>
<b>10,0</b>	<b>Fábio Alves de Souza</b>	<b>PRISÕES NO BRASIL: recuperação ou punição</b>	<b>Marco Aurélio da Costa Bemfica</b>
<b>10,0</b>	<b>Marília Reis Brito</b>	<b>A LEI 11.340/006 - LEI MARIA DA PENHA</b>	<b>Marco Aurélio da Costa Bemfica</b>
<b>10,0</b>	<b>Luiz Otávio Piva</b>	<b>A COSMOVISÃO JURIDICA SOBRE A INFORMÁTICA E APLICAÇÃO DA LEI PENAL</b>	<b>Marco Aurélio da Costa Bemfica</b>
<b>10,0</b>	<b>Gabriel Fagundes Costa</b>	<b>A “ DISCRIMINALIZAÇÃO” DA MERCANCIA TORPE ATRAVES DA FIGURA DO TRÁFICO PRIVILEGIADO E A AFASTABILIDADE DE SUA HEDIONDEZ</b>	<b>Marco Aurélio da Costa Bemfica</b>
<b>10,0</b>	<b>Carlos Alberto Silvério de Souza</b>	<b>A FAVORABILIDADE DA DESCRIMINALIZAÇÃO E DA LEGALIZAÇÃO</b>	<b>Marco Aurélio da Costa Bemfica</b>

		<b>DA MACONHA NO BRASIL: uma releitura da conjuntura</b>	
<b>10,0</b>	<b>Agda Ferreira</b>	<b>UMA ANÁLISE ACERCA DA FLEXIBILIZAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS EM FACE DA MANUTENÇÃO DO EMPREGO: desdobramentos e conseqüências</b>	<b>Mário Célio Ferreira Pinto</b>
<b>10,0</b>	<b>Thais Felizardo da Costa</b>	<b>SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: a função ressocializadora da pena suplantando a função retributiva</b>	<b>Patricia Bemfica Osório</b>
<b>10,0</b>	<b>Bárbara Ribeiro Junho</b>	<b>ESTRUPO DE VULNERÁVEL: a incompatibilidade do entendimento jurisprudencial consolidado no Superior Tribunal de Justiça com a realidade social</b>	<b>Patricia Bemfica Osório</b>
<b>10,0</b>	<b>Daniela Borges de Brito</b>	<b>HUMANIZAÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO ATRAVÉS DO MÉTODO APAC: uma alternativa à crise do sistema prisional brasileiro</b>	<b>Priscilla Guimarães Cornélio</b>
<b>10,0</b>	<b>Otávio Sanches Batista</b>	<b>A BANALIZAÇÃO DO INSTITUTO DA LEGÍTIMA DEFESA NO ÂMBITO DO DIREITO PENAL BRASILEIRO E SEUS ASPECTOS MAIS RELEVANTES NO DIREITO CIVIL</b>	<b>Priscilla Guimarães Cornélio</b>
<b>10,0</b>	<b>Valdir de Oliveira Júnior</b>	<b>A SISTEMÁTICA DA APLICAÇÃO DE MULTAS NO DIREITO TRIBUTARIO BRASILEIRO</b>	<b>Rogério Guimarães Salomé</b>

<b>10,0</b>	<b>Sebastião Valério de Carvalho</b>	<b>REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL</b>	<b>Rodrigo Murad do Prado</b>
<b>10,0</b>	<b>Ray Oliveira de Paiva Monteiro</b>	<b>O PODER INVESTIGATÓRIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	<b>RODRIGO MURAD DO PRADO</b>
<b>10,0</b>	<b>Fernando Oberdan Reis Junior</b>	<b>A INEFETIVIDADE DO ESTATUTO DO DESARMAMENTO NA DIMINUIÇÃO DA CRIMINALIDADE</b>	<b>RODRIGO MURAD DO PRADO</b>
<b>10,0</b>	<b>Amanda Bandeira Moraes de Lima</b>	<b>Eutanásia: o silêncio sobre a morte</b>	<b>RODRIGO MURAD DO PRADO</b>
<b>10,0</b>	<b>Débora Aparecida Aureliano</b>	<b>O STF E O NOVO OLHAR SOBRE OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA MULHER</b>	<b>SIMONE CARNEIRO CARVALHO</b>
<b>10,0</b>	<b>Lilian Ferracioli Musa</b>	<b>ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – LEI Nº 13.146/15 a possível desproteção trazida pelo Estatuto das Pessoas com deficiências, na proteção de seus interesses</b>	<b>SUNITA PEREIRA MOURÃO</b>
<b>10,0</b>	<b>Sabrina Pâmela Silva</b>	<b>VIVISSECÇÃO: necessidade ou crueldade?</b>	<b>Valentim Calenzani</b>
<b>10,0</b>	<b>Luana Silva Pereira</b>	<b>MEDIDAS DE SEGURANÇA NO DIREITO PENAL BRASILEIRO</b>	<b>Vânia M<sup>a</sup> Bemfica Guimarães Pinto Coelho</b>
<b>10,0</b>	<b>Bruno Resende Moseli</b>	<b>CRACK: o efeito devastador na sociedade</b>	<b>Vânia M<sup>a</sup> Bemfica Guimarães Pinto</b>

			<b>Coelho</b>
<b>10,0</b>	<b>Rafaela da Silva Pereira</b>	<b>PROTEÇÃO A VÍTIMAS, A TESTEMUNHAS E AOS RÉUS COLABORADORES NO PROCESSO PENAL</b>	<b>Vânia M<sup>a</sup> Bemfica Guimarães Pinto Coelho</b>
<b>10,0</b>	<b>Talita Cristina Vitor</b>	<b>PRIVATIZAÇÃO DOS PRESÍDIOS BRASILEIROS</b>	<b>Vânia M<sup>a</sup> Bemfica Guimarães Pinto Coelho</b>
<b>10,0</b>	<b>Edna Maria da Silva</b>	<b>PENSÃO ALIMENTÍCIA AVOENGA: a prisão dos avos, uma afronta ao princípio da dignidade da pessoa humana</b>	<b>Vânia M<sup>a</sup> Bemfica Guimarães Pinto Coelho</b>
<b>10,0</b>	<b>Gabriela Cristina de Oliveira Moreira</b>	<b>O INDUZIMENTO AO SUICÍDIO PROVOCADO NAS MÍDIAS SOCIAIS E O JOGO DA BALEIA AZUL</b>	<b>Vânia M<sup>a</sup> Bemfica Guimarães Pinto Coelho</b>
<b>10,0</b>	<b>Amanda Luciano Lage</b>	<b>A (IN) EFICÁCIA DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO NA RESSOCIALIZAÇÃO DO PRESO</b>	<b>Vânia M<sup>a</sup> Bemfica Guimarães Pinto Coelho</b>
<b>10,0</b>	<b>Greiciane Maria Roquim Maronjo</b>	<b>O ANIMAL SENCIENTE PERANTE O CÓDIGO CIVIL</b>	<b>Vânia M<sup>a</sup> Bemfica Guimarães Pinto Coelho</b>
<b>10,0</b>	<b>Greiciane Maria Roquim Maronjo</b>	<b>O ANIMAL SENCIENTE PERANTE O CÓDIGO CIVIL</b>	<b>Vânia Maria Tiburcio Salgado Mitidiere</b>
<b>10,0</b>	<b>Dilson Marcos Bernardo</b>	<b>CRIMES E FRAUDES NO PROCESSO ELEITORAL</b>	<b>Vânia Maria Tiburcio Salgado Mitidiere</b>

<b>10,0</b>	<b>Antonio Martins Sampaio</b>	<b>ADOÇÃO: desafios adequados a fim de agilizar o processo de adoção</b>	<b>Vânia Maria Tiburcio Salgado Mitidiere</b>
<b>10,0</b>	<b>Cirlene Maria de Oliveira Fonseca</b>	<b>NULIDADE MATRIMONIAL A LUZ DE UM NOVO TEMPO: o direito a uma segunda chance!!</b>	<b>Vânia Maria Tiburcio Salgado Mitidiere</b>